

## APRESENTAÇÃO

Está no ar a sexta edição da Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico.

A revista, que é uma ação do Grupo de Pesquisa em Governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, agora está enquadrada nos parâmetros da Capes, tendo recebido o Qualis na avaliação de 2012.

O Qualis é um conjunto de procedimentos utilizados para aferir a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. Essa classificação é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. A nossa revista foi inserida na área do Direito, recebendo o conceito C.

Nesta edição, contamos com 16 artigos que trazem pesquisas cuja temática condutora está centrada no governo eletrônico e suas diversas faces e tipos de relacionamentos, mediados pelas tecnologias de informação e comunicação.

O primeiro artigo discute até que ponto a formalização dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, como instâncias de participação, contribuem com a democratização da gestão pública no Brasil.

O segundo, objetiva analisar o impacto dos mecanismos de governo eletrônico sobre a ocorrência de improbidades na administração pública municipal brasileira. Trata-se de um estudo exploratório, orientado para variáveis, baseado numa amostra representativa de municípios brasileiros.

A garantia de acesso à Justiça sob a perspectiva da sociedade da informação é tema do terceiro artigo, que pretende demonstrar que a informatização do Judiciário ao desprezar os excluídos sociais, causa discriminação e afronta à dignidade humana, não alcançando o objetivo para qual foi criada, agenciando o desacesso à Justiça dos segmentos vulneráveis da sociedade.

Já o quarto artigo, apresenta um índice que busca medir o grau de incorporação das TICs pelo Poder Judiciário em 11 países Ibero-americanos, resultante de uma pesquisa realizada entre abril e agosto de 2011.

O quinto, parte do estudo do ativismo digital e do exercício da ciberdemocracia pelos internautas para discutir as transformações decorrentes do uso das TICs, em especial, o debate público proporcionado pela blogosfera. Utiliza análise sistemática e

não participativa nos blogs que travaram discussões sobre o Anteprojeto de Lei de Dados Pessoais e o Projeto de Lei 84/99.

Este também é o cerne do sexto artigo, que apresenta implicações acerca da influência das TICs nas democracias contemporâneas, que representam um novo canal de comunicação, que facilita a prática da participação civil nos assuntos públicos e políticos, e afeta o funcionamento dos sistemas democráticos.

O sétimo parte do estudo dos limites ao exercício da liberdade na Internet para então apresentar um estudo comparativo entre o Projeto de Lei n. 84/1999 e o n. 2126/2011, concluindo que o segundo atende melhor às necessidades da democracia digital.

O oitavo artigo traz uma análise da qualidade da informação contida no Portal da Transparência do Governo Federal, a partir da verificação de dezesseis critérios e o nono visa continuar o debate sobre o papel das novas mídias tecnológicas na revitalização da democracia representativa.

O emprego das novas tecnologias da informação e da comunicação, em especial como suporte as atividades de inteligência, compreendendo a produção de conhecimento voltada para a defesa do Estado Democrático de Direito, da sociedade, da eficácia do poder público e da soberania nacional, são o cerne da discussão apresentada no décimo artigo.

O décimo primeiro se propõe analisar o papel do governo eletrônico e da Web 2.0 como fatores de promoção da cidadania sob a ótica de emergência proposta por Maturana e Varela. Já o décimo segundo artigo, explora os conceitos e possibilidades em torno da publicidade na administração pública, tendo em vista uma sociedade democrática cada vez mais atenta aos atos da administração pública.

Uma breve análise de como os modelos clássicos de democracia pensaram a relação entre Estado e cidadão e de como se estabeleceu a soberania popular em cada um deles, bem como as formas através das quais a comunicação online pode contribuir para a democracia, são temas do décimo terceiro artigo apresentado.

Já o décimo quarto, utilizando o método de abordagem dedutivo e a observação de blogs, apresenta a política 2.0 como uma nova forma de interação entre políticos e eleitores.

O objetivo principal do décimo quinto artigo é caracterizar a Infovia Municipal de Pedreira nos seus aspectos cognitivos, sociais, políticos e de infraestrutura envolvidos em uma política pública de inclusão tecnológica. Paralelamente o artigo,

objetiva explorar o cenário nacional dos debates e discursos oficiais sobre políticas de inclusão digital: regulamentações e políticas de incentivo para iniciativas como a IMP.

E por fim, o décimo sexto apresenta um modelo de avaliação de iniciativas de e-participação através das características de desenho institucional elencadas por Archon Fung para minipúblicos por meio de seis características essenciais dos minipúblicos presenciais (Modo de Participação, Seleção, Tema e Escopo, Recorrência e iteração, Empoderamento, Monitoramento).

Gostaríamos de agradecer imensamente aos Professores Doutores, especialistas de notório saber nos temas da revista, que dispuseram do seu tempo e participaram das avaliações dos artigos apresentados nesta sexta edição. São eles:

<b>Professores</b>	<b>Instituição</b>
Adriana Maillart	UNINOVE
Aires José Rover	Universidade Federal de Santa Catarina
Alessandro Rosini	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
Álvaro Sanchez Bravo	Universidad de Sevilla
Anselmo Spadotto	UNINOVE/UNESP
Carlos Strapazon	Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)
Fernando Galindo	Universidad de Zaragoza
José Miguel Busquets	Universidad de la República
José Renato Cella	PUC/PR
Marco Antônio Barbosa	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
Matheus Castro	Universidade Federal de Santa Catarina
Orides Mezzaroba	Universidade Federal de Santa Catarina
Ricardo Piana	Universidad Nacional de La Plata

Os artigos aqui publicados foram avaliados por no mínimo dois especialistas, em *blind review*. Agradecemos também aos nossos autores e aqueles que colaboraram enviando seus artigos e esperamos que nossos leitores aproveitem a leitura e busquem participar ativamente das discussões sobre as temáticas desta revista.

Boa leitura a todos!

Paloma Maria Santos  
Aires José Rover  
**Comitê Editorial**